

“Estamos a trabalhar em novas taxas no domínio da fiscalidade verde”

16 de Março, 2016

No dia em que se reúne com os taxistas para tornar esta atividade “mais qualificada”, num momento de tensão com a Uber, o ministro do Ambiente adianta que o governo está a preparar novas taxas no âmbito da fiscalidade verde para o orçamento de 2017. Matos Fernandes quer criar já no próximo ano um superfundo ambiental, que agregará uma receita mínima de 165 milhões para reforçar o transporte coletivo e intervir nas costas portuguesas e zonas inundáveis, por exemplo. De acordo com o Público, o governante reconhece que não há como cancelar grandes projetos de barragens “sem pagamento de indemnizações” e considera a privatização da EFG “um assunto praticamente encerrado”, mas está a trabalhar para dar às autarquias “o papel que lhes é devido” na gestão. E, nas águas, já interveio para “ajudar as autarquias” a rever contratos de concessão de primeira geração.

A comissão também tinha sugerido a criação de um mecanismo de monitorização das medidas. Vai criá-lo?

A necessidade de acompanhar a fiscalidade verde é da maior importância, porque o caso dos sacos de plástico foi de facto um grande sucesso, mas acredito que possa ser um epifenómeno. Não é normalmente no período de um ano que muda de forma tão dramática o comportamento das pessoas. Por isso, sim, queremos ter alguém que acompanhe de perto com as Finanças a fiscalidade verde, porque tem de haver períodos de três anos para avaliar as medidas.

Isso pressupõe a criação de uma comissão de acompanhamento?

Sim, em conjunto com as Finanças.

Os Verdes estão a aguardar que a reavaliação do Plano Nacional de Barragens (PNB) reúna argumentos legais que permitam cancelar os projetos. É isso que está a preparar?

No dia 31 de março esse trabalho estará definido. Estamos a trabalhar em três áreas, nas grandes barragens, nas mini-hídricas, na demolição de barragens que já não têm uso ou um uso irrelevante. Já encontramos dez barragens que poderão ser demolidas nos próximos dois, três anos. Não é simples de fazer, mas parece-nos de maior importância porque Portugal foi deixando ficar nos rios as barreiras que já não tinham utilidade. No domínio das mini-hídricas, já identificámos muitas que não irão ser construídas e, nas grandes barragens, não quero antecipar nada publicamente. São poucas as que têm construção iniciada e estamos a olhar para elas de forma muito clara. Não encontramos forma de haver reversão sem pagamento de indemnizações e as limitações orçamentais são aquelas que se conhece. Estamos a falar, gostemos ou não, quer ao nível dos concursos, quer da avaliação ambiental. Temos este compromisso de reavaliação, mas não tenho nada a anunciar neste momento.